

SESSÕES DO PLENÁRIO

18ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 24 de março de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO ROBINHO (Ad hoc)

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Marcone Amaral, Maria del Carmen, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Penalva, Radiovaldo Costa, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Zé Raimundo Fontes e Zó (56).

O Sr. PRESIDENTE (Robinho): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Robinho): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 15ª, 16ª e 17ª, realizadas, respectivamente, em 17, 18 e 19 de março de 2025.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Não há expediente a ser anunciado.

Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Robinho): Concedo a palavra ao colega Luciano Araújo.

O Sr. LUCIANO ARAÚJO: Boa tarde, meus caros colegas deputados e deputadas aqui presentes. Eu queria fazer um balanço das nossas caminhadas pela Bahia no último final de semana. Queria registrar aqui os 40 anos da cidade de Pé de Serra. Participei da missa solene naquela cidade, juntamente com a prefeita Zeide, com o vice-prefeito Altemar e com os vereadores daquela cidade. Dizer que o povo de Pé de Serra está de parabéns, a nova gestão vem mudando a cara da cidade, e que o nosso mandato se coloca sempre à disposição do povo de Pé de Serra.

Estivemos também no povoado de Claros, no município de Conceição do Coité, onde fizemos a entrega de um trator agrícola para aquela associação, através do nosso presidente Bodé, que reivindicava há anos um equipamento para aquela comunidade. Junto com o vereador Nego Jai, o nosso secretário da Agricultura, Renato, e o nosso prefeito Marcelo, um dos melhores prefeitos do estado da Bahia, nós fizemos a entrega, na quinta-feira, à noite, desse equipamento. E dizer que Conceição do Coité está sempre de parabéns porque tem um prefeito sério, atuante e que mudou, transformou a vida dos coiteenses, e que, com certeza, nos próximos 4 anos deixará seu nome como um dos melhores prefeitos do estado da Bahia.

Estivemos também, no último domingo, na cidade de Valença. E, aqui, eu queria parabenizar um jovem que ingressou na política. Foi candidato a prefeito de Valença nas últimas eleições e quase ganhou as eleições, quase venceu. Mas se tornou uma liderança conhecida. Ele é um empresário e apenas era conhecido como empresário, mas, hoje, ele é reconhecido como uma grande liderança política. Ele fez um evento, o 1º Corre Conect, corrida que foi o maior sucesso das atividades esportivas na história de Valença.

Parabéns, Valdemar, você, que é um político diferenciado e que investe no esporte, mostrou que a população de Valença abraçou o seu nome e que você representa a nova política da cidade. Parabéns e conte comigo sempre.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Robinho): Na sequência, passo a palavra ao deputado Leandro de Jesus.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Senhoras e senhores, cumprimento os colegas presentes e os servidores. Venho a esta tribuna neste dia para, mais uma vez, me solidarizar e sair em defesa dos produtores rurais da nossa Bahia. Viva o agro!

Recentemente, na última semana, estive no Extremo Sul, convidado por esses que trabalham com suas famílias, que trabalham em suas respectivas terras e propriedades da região para produzir cacau, pimenta, enfim, vários tipos e diferentes cultivos, que tanto fortalecem a nossa Bahia, gerando riqueza, emprego e renda.

E são esses produtores e famílias que estão sendo aterrorizados por essas invasões de terra, invasões de propriedades que vêm ocorrendo na região, um verdadeiro terrorismo. Famílias, mulheres, crianças, pais, mulheres grávidas, inclusive, são aterrorizados por essas invasões que, muitas vezes, ocorrem na

madrugada, com grupos de 20, 30, 40 supostos indígenas – mas se vê claramente que muitos deles são falsos indígenas –, armados com metralhadoras, fuzis e escopetas. Eles emboscam as famílias, as espancam, e já ocorreram tentativas de assassinatos, esquartejamento, cárcere privado... É um terror o que essas famílias e essas pessoas de bem vêm sofrendo no Extremo Sul da Bahia. E por que sofrem? Porque estão ali trabalhando, porque estão ali empregando.

E vale, aqui, reiterar, não apenas os produtores... A gente precisa salientar o seguinte: quando se fala em produtor rural, já pensam logo em grandes propriedades. E ainda que fosse... Ainda que fosse! Mas nós temos ali pequenos produtores que estão sofrendo com esse terror no campo. Para além disso, esses produtores empregam milhares de pessoas na região, e esses trabalhadores também são perseguidos por essas facções.

E por que eu chamo de facções? Porque esses supostos indígenas, esses sujeitos criminosos que se travestem de grupos em busca de justiça social, na realidade, estão envolvidos com o tráfico de drogas na região. Para além disso, escolhem o melhor momento, segundo o ponto de vista da bandidagem, para invadir propriedades. Inclusive, está chegando agora o período da colheita, por exemplo, do café. E aí o que esses bandidos, criminosos fazem? Esperam o momento da colheita para invadir as propriedades e, assim, roubar, saquear tudo aquilo que eles não suaram nem uma gota para plantar, para arar a terra, para preparar.

Então, isso é o que vem acontecendo no Extremo Sul da Bahia. Um bandido, suposto indígena, teve a coragem de gravar um vídeo e me chamar, segundo o ponto de vista dele, de “um deputado de merda”. Pois bem, isso em nada me ofende quando eu estou fazendo a coisa certa. E se ele se sentiu atingido pela minha atuação no Extremo Sul da Bahia e acha que com isso, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com xingamentos e com ameaças, vai me impedir de fazer o meu papel e a minha atuação, está completamente enganado! Muito pelo contrário, quando sou atacado, é aí que as minhas forças se multiplicam. Estarei de volta, novamente, ao Extremo Sul para combater o bom combate. E digo: vamos dar um ponto final nesse terror no campo e resgatar a paz dos nossos produtores rurais...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do Extremo Sul do estado e também de toda a Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Robinho): Na sequência, o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os colegas, servidores desta Casa, amigos da imprensa. Sr. Presidente, já subi a esta tribuna na semana passada e não posso deixar de ratificar o que foi trazido pelo nosso colega Leandro de Jesus a respeito das invasões que vêm ocorrendo no Extremo Sul do estado. Aliás, não só no Extremo Sul, mas por toda a nossa Bahia.

Mas, especialmente no Extremo Sul, grupos fortemente armados, como bem falou o deputado, estão se passando por indígenas ou usando grupos indígenas para invadir propriedades e saquear a produção. Estão escolhendo as propriedades, por incrível que pareça, altamente produtivas, aquelas que têm, principalmente, safra de café armazenada. Eles entram, furtam toda a safra, o maquinário e o trator, levam para revender e, depois, deixam uma ou duas famílias ocupando as propriedades.

Isso, inclusive, motivou uma forte ação que aconteceu na semana passada. Eu que estive no Extremo Sul, na penúltima quinta e sexta-feira, com os produtores rurais, pude ver de perto a agonia daquele povo. A gente pede que o governo federal e o governo estadual atuem de maneira firme, principalmente por entender que envolvem grupos minoritários que sofrem e já sofreram tanto, a exemplo dos indígenas, os quais estão sendo usados por grupos e milícias criminosas, segundo as informações que chegam do município de Porto Seguro. Ou seja, estão utilizando esses movimentos para realizar essas invasões.

Sr. Presidente, também subo a esta tribuna hoje para convidar toda a população da nossa capital e também da Bahia para participar da *Semana do Artesão*, que acontece a partir da próxima quarta-feira, dia 26, no Campo Grande, sendo a 12ª edição. Essa feira comemora o Dia do Artesão, que ocorreu na última quinta-feira, dia 19 de março. A 12ª edição recebe artesãos de todo o nosso estado, de diversos municípios, muitos desses homens e mulheres inclusive vivem, Sr. Presidente, exclusivamente do que produzem, do artesanato.

Lembrando que artesanato não é só aquele vaso de barro, não é só aquele tricô, mas é uma gama enorme de produtos, inclusive, um bom doce de banana artesanal é considerado um artesanato.

Então, terá de tudo um pouquinho nessa feira. Convido a população para, entre quarta-feira e o próximo domingo, visitar o nosso Campo Grande, pois, com certeza, encontrará uma variedade enorme de produtos produzidos, como eu falei, por esses homens e essas mulheres que não só tiram o seu sustento, mas que mantêm a cultura do nosso povo e resgatam a nossa cultura por meio do artesanato.

Então, queria deixar um abraço ao coordenador João Durães, da Associação dos Artesãos da Bahia (Adaba), que promove esse evento; a Rosane, que está sempre ao seu lado o ajudando; e a todos os artesãos que vão abrilhantar o Campo Grande nessa semana. Queria fazer um convite a todos os colegas e à toda sociedade para que possam comparecer e comprar algum artesanato. Assim, com certeza, estarão ajudando não só um artesão, mas também mantendo a cultura do nosso povo viva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Robinho): Colega Tiago Correia, há momentos em que o próprio órgão do governo do estado relata que o agronegócio representa 22,5% da economia da Bahia e, como você falou em seu discurso, há um descaso do estado com relação as constantes invasões que têm acontecido no Extremo Sul da Bahia.

Então, isso é muito preocupante. O estado precisa dar uma atenção especial para o direito à propriedade.

Parabéns pelas palavras, Tiago Correia.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Robinho): Com a palavra o colega Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para tratar de um assunto que tem falado alto nesta Casa, nos últimos dias, com a presença dos servidores do Judiciário. Trata-se do Projeto de Lei nº 25.491/2024, que dispõe sobre o PCCV, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Judiciário estadual. Isso será sempre marcado na nossa tribuna porque o projeto simplesmente não caminha nesta Casa. Foi dada a entrada do PL em 28 de agosto com a promessa de que já estaria tudo resolvido, porque o Judiciário assumiu no seu Orçamento o compromisso de implementação desse plano de carreira dos trabalhadores do Judiciário, que estão extremamente arrochados, desvalorizados, com a sua dignidade profissional comprometida, e nada foi à frente. Até agora não saiu da Secretaria Geral das Comissões. Nós não entendemos como o Poder Judiciário, que deve ter autonomia, afirma que vai garantir com a sua autonomia orçamentária o PCCV dos seus trabalhadores e isso não tem qualquer valor.

Aliás, na semana passada, a presidente do TJBA chegou, inclusive, a dar uma declaração para os trabalhadores dizendo que achava difícil que o plano fosse aprovado. Eu não entendo como a principal autoridade de um poder constituído na Bahia assume o compromisso de colocar no seu próprio Orçamento e agora parece que foram palavras ao vento.

Para que a gente preserve minimamente a autoridade do Judiciário, mas também a autoridade desta Casa, eu não quero que aconteça dessa forma, o projeto está tramitando aqui, nós temos que entender o significado que ele tem para a Bahia. Para a garantia do direito à justiça, esse projeto precisa ser aprovado.

Portanto, todo apoio aos trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário na sua luta. Nós vamos continuar, aqui, sempre perguntando: cadê o PL nº 25.491/2024, que não sai da secretaria das comissões e não vem para este Plenário para ser votado e aprovado pelos deputados que têm realmente compromisso com a Bahia?

Não poderia deixar de me pronunciar também sobre o que está acontecendo com os povos indígenas na Bahia, especialmente com os pataxós. O fato é que, na semana passada, a polícia – mais de 20 viaturas, deputada Olívia – foi ao território indígena Barra Velha, no Extremo Sul da Bahia, fortemente armada e, pasmem, acompanhada da pistolagem dos grandes proprietários da região. Uma vez indagado pelas lideranças indígenas o que estaria autorizando aquela ação policial, o comando simplesmente se negou a justificar e prendeu dez lideranças indígenas.

Vejam, nós estamos de fato numa Bahia que está conflagrada, mas uma Bahia marcada historicamente pelo quê? Marcada pelo roubo das terras devolutas, terras do estado, deputado Robinson, que estão nas mãos dos grandes latifundiários e que não querem respeitar os territórios indígenas. Essa é a verdadeira contradição em que a Bahia está mergulhada. Infelizmente, ações como essa, que não deveriam ser feitas nem pela polícia da Bahia, diga-se de passagem, hoje são realizadas com

absoluta truculência. E a da semana passada foi agressiva, inclusive, com idosos e crianças. Isso, para mim, é inaceitável!

Então oficiamos já o secretário de Segurança Pública da Bahia, Marcelo Werner, para ele prestar informações do que fundamentou aquela ação policial que, como eu disse, foi extremamente agressiva contra os indígenas, num histórico de absoluta cumplicidade do poder público...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e das suas forças de segurança com a situação fundiária da Bahia. Essa, sim, é completamente irregular, marcada pela grilagem de terras, pelo privilégio de grandes oligopólios e grandes proprietários neste estado, em detrimento dos interesses mais legítimos da nossa população, especialmente dos povos originários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(O deputado Robinson Almeida assume à mesa da presidência.)

O Sr. PRESIDENTE (Robinson Almeida): Parabéns, deputado Hilton, pelas suas reflexões aqui.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Robinson Almeida): Quero convidar agora para ocupar a tribuna, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, presidente! Boa tarde, visitantes e jornalistas aqui presentes, na realidade a minha a minha intenção era falar de outro assunto, mas, como estou ouvindo aqui a grande abordagem com relação aos problemas que vêm acontecendo no Extremo Sul da Bahia e como lá resido, moro, convivo com esse problema... Na realidade, o Extremo Sul da Bahia já vem, há mais de 2 anos, sofrendo com os problemas que vêm acontecendo.

O estado vinha fazendo vista grossa em relação aos acontecimentos. E, às vezes, a pessoa faz crítica simplesmente por questão ideológica. Nós temos ali, no Extremo Sul, invasões de propriedades, não de grandes produtores, há invasões de pequenos produtores, de propriedades produtivas, de propriedades titularizadas pelo estado da Bahia, propriedades de 50 hectares. Eu conheço um proprietário com 50 hectares de terra irrigada, produzindo pimenta-do-reino, que teve sua terra invadida. Há propriedades de porte médio e propriedades de grande porte.

Agora, eu nunca ouvi dizer que um produtor rural assaltou um indígena; eu nunca ouvi dizer que um produtor rural entrou na área de reconhecimento e demarcação indígena. Entretanto, eu conheço várias histórias de produtores rurais, seja de pequeno porte ou de médio porte, que, ao fazerem as suas colheitas de café, de pimenta, são surpreendidos com a chegada de autodeclarados indígenas.

O que tem acontecido muito é que algumas pessoas, como grileiros, invasores de terra, assaltantes, até mesmo traficantes, se autodeclararam indígenas e aí começam a fazer os negócios do seu interesse. O traficante começa a usar a história indígena, a cultura indígena para traficar; o grileiro começa a usar a história e a cultura indígena para invadir terra e assaltar a produção dos agricultores daquela região.

É uma região muito promissora. Prado, principalmente, é uma das cidades que cresceu, segundo o último levantamento IBGE, devido ao turismo muito crescente na cidade, nas comunidades de Cumuruxatiba e Corumbau.

Agora, eu pergunto aos colegas, eu pergunto aos baianos: a quem interessa uma região de litígio, uma região que não tem a estabilidade jurídica, que não tem o direito à propriedade? Isso gera uma insegurança para região. E qual é o investidor que vai querer fazer investimento numa região com essa insegurança, seja jurídica ou de propriedade?

Então, é muito importante que o governo do estado esteja presente naquela região e exerça a ação devida.

Eu quero dizer aos colegas aqui presentes que foram presas na delegacia 11 pessoas que estavam em aldeias. Das 11, dez se declararam indígenas. Se qualquer um de nós aqui chegar ali e olhar para aqueles dez que se declararam indígenas, com certeza, irá dizer: nenhum aqui é índio. Então, o próprio governo sabe disso. Agora, o governo tem que tomar uma atitude para que a molequeira, a bandidagem não se estabeleça naquela região.

Hoje mesmo, a SEI, que é um órgão do governo do estado, disse que 22% da riqueza, da produção da Bahia vem do campo, vem do produtor rural. Em Minas Gerais, agora, o agro, o campo, ultrapassou o setor da mineração. Então, o agronegócio, o produtor rural, pequeno ou da agricultura familiar, é quem vai botar a comida na mesa do pequeno produtor, seja ele pobre...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) seja ele rico, seja ele da cor que for! E essa é a política do governo.

A política do governo não é matar a fome do povo? Só tem uma fórmula para matar a fome do povo: tendo o alimento para a pessoa consumir. Como alguém vai diminuir ou matar sua fome se não tiver produção?

Então, governador, é interessante que aquele que produz, seja em alta, seja em média, seja em pequena escala,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) esteja protegido pelo seu trabalho e pela sua produção.

Muito obrigado!

O Sr. PRESIDENTE (Robinson Almeida): Muito obrigado, deputado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Robinson Almeida): Deputada Olívia, quer usar da palavra?

A Sr.^a Olívia Santana (fora do microfone): Sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Robinson Almeida): Com a palavra a deputada Olívia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna, em primeiro lugar, para dizer, inclusive ao deputado que me antecedeu, que quem mais

tomba nos conflitos fundiários são os indígenas, os quilombolas. É esse o povo que vivem sangrando e perdendo a vida nos conflitos fundiários.

Não se pode ficar fazendo aqui discurso de criminalização dos povos originários. Esses povos que, desde a época do colonialismo português e de outros europeus, vêm perdendo suas terras, vêm perdendo suas vidas. Foram milhares de vidas, milhões de vidas perdidas, melhor dizendo.

Portanto, este é um debate muito sério, tão sério que o nosso mandato aqui já encaminhou para o ministro Lewandowski um ofício pedindo providências efetivas, deputado Robinson. Não é possível a gente continuar vendo o que a gente viu com o indígena Vitor Braz, que perdeu a sua vida, foi assassinado por pistoleiros. As terras pataxós e as de outros povos indígenas precisam ser demarcadas e reconhecidas.

Nós solicitamos, no ofício que encaminhamos ao ministro da Justiça, que ele tenha a sensibilidade de, imediatamente, com celeridade, (lê) *“emitir – com a máxima urgência, reitero – as cartas declaratórias das terras indígenas na Bahia, cujos processos encontram-se paralisados nessa fase. Com prioridade para a Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal;”*, que foi palco desse ataque e da morte de Vitor, está certo? Solicitamos também que ele tenha a sensibilidade de (lê) *“determinar à Funai que proceda a demarcação física destas áreas com a máxima urgência. Também pedimos a implementação de um plano emergencial de proteção territorial, enquanto se conclui o processo demarcatório;”* Pedimos também ao ministro que articule, (lê) *“com outros órgãos federais, ações integradas de proteção aos direitos e à integridade física das comunidades indígenas ameaçadas.”*

A Bahia é a terra primeira do Brasil, mas aqui também se arrastam esses processos que dizem respeito à democratização da terra. A medida inicial, a medida mais urgente é a emissão das cartas declaratórias para garantir que seja reconhecido, que seja iniciado o processo de legalização do que há de terra indígena, do que há de terra de propriedade dos nossos povos originários.

Aqui inventaram até um negócio de Movimento Invasão Zero, mas o que os indígenas, os nossos indígenas reais, têm feito de ocupação das suas terras diz respeito à efetividade de um direito de estar naquele lugar, de estar naquele território que o Estado precisa reconhecer.

Não é possível! Quantos fizeram fortuna, deputado Robinson, com grilagem de terras, muitos que hoje se arvoram ao dizer que são probos. Grandes fazendeiros contaram com o braço do Estado para acumular territórios enormes, desde a época das sesmarias, das capitânicas hereditárias, até os tempos atuais.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então não dá para subir nesta tribuna e ficar fazendo discurso de defesa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de fazendeiro e desqualificando e criminalizando os movimentos indígenas. Nós estamos aqui para fazer a luta antirracista em todos os planos que o racismo aconteça! E essa matança – porque há uma prática, há um *modus operandi* – faz com que tantos indígenas morram...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e vão virando estatística, enquanto a política pública de demarcação de terras não chega.

Então nossa voz vai sempre se erguer em favor dessas populações! Com a sua tolerância, deputado Robinson, faço aqui um apelo ao ministro Lewandowski para que se una à ministra Sonia Guajajara e resolva essa situação que o governo do estado não tem condição de resolver sozinho. Ou o governo federal chega junto, ou não vai ter pacificação.

Porque pacificação não se faz somente botando polícia, fazendo medidas coercitivas, sem garantir aquilo que é anterior, que é básico: o direito assegurado, legalizado e reconhecido desses povos.

Finalizo saudando aqui um grande nome da história da luta democrática deste país, o nosso saudoso Haroldo Lima. Hoje faz 4 anos que, infelizmente, ele nos deixou, vítima da Covid-19. O PCdoB em todo o Brasil celebra, hoje, a sua memória. Haroldo é inesquecível e muito fez pela luta democrática neste país e em nossa amada Bahia.

Quero dizer à Solange, aos seus filhos e às suas filhas que o legado de Haroldo segue vivo, segue firme, materializado em cada uma e em cada um de nós que segue seu exemplo, para nos alimentarmos dele, para conseguirmos construir, um dia, um Brasil de justiça e de plena igualdade.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Robinson Almeida): Muito obrigado, deputada Olívia. Nós, também, compartilhamos com a deputada Olívia Santana a menção ao saudoso e inesquecível militante da esquerda brasileira: Haroldo Lima. Certamente, ele tem um legado muito vasto de contribuições para que, hoje, nós pudéssemos estar vivendo uma democracia no Brasil.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Robinson Almeida): Sem mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Dr. Diego Castro, Fabíola Mansur, Jurailton Santos, Marquinho Viana, Samuel Júnior, Soane Galvão e Vitor Bonfim. (07)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.